

EDUCAÇÃO AMBIENTAL VISTA COMO PAPEL VITAL NA IMPORTÂNCIA PARA CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO E CIDADANIA

Taciane Pedrotti Fracaro¹

Jessamine Pedroso de Oliveira²

Diego Menegusso Pires³

Tarcisio Dorn de Oliveira⁴

Resumo:

O presente trabalho trata-se da importância da educação ambiental dentro da sociedade. Tendo em vista que vive-se hoje um momento na história de constante violação dos direitos humanos em muitas as partes do mundo. Assim, a educação se apresenta como melhor e mais viável opção na tentativa de construir um mundo sustentável para as futuras gerações pois é relacionada aqui como fundamental na formação do cidadão. A Educação Ambiental ajuda a identificar os problemas que afetam a qualidade de vida das pessoas, além de encontrar soluções e alternativas para resolver as e questões ambientais que afetam a comunidade. Assim par que haja uma maior compreensão acerca da magnitude da natureza, é essencial também que governos venham programarem práticas relacionadas à educação ambiental.

Palavras-chave: Sociedade. Educação ambiental

Modalidade de Participação: Iniciação Científica

EDUCAÇÃO AMBIENTAL VISTA COMO PAPEL VITAL NA IMPORTÂNCIA PARA CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO E CIDADANIA

¹ Aluno de graduação. taci.fracaro@gmail.com. Autor principal

² Aluno de graduação. jessaminepoliveira@gmail.com. Co-autor

³ Aluno de graduação. diego.msso@gmail.com. Co-autor

⁴ Docente. tarcisio.oliveira@unijui.edu.br. Orientador



EDUCAÇÃO AMBIENTAL VISTA COMO PAPEL VITAL NA IMPORTÂNCIA PARA CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO E CIDADANIA

1. INTRODUÇÃO

Jacobi (2003) faz uma reflexão sobre as práticas sociais, em um contexto marcado pela degradação permanente do meio ambiente e do seu ecossistema, envolve uma necessária articulação com a produção de sentidos sobre a educação ambiental. Antes da existência dos centros urbanos, onde hoje eles se erguem, o ambiente era composto por florestas, campos e cursos d'água em conjunto e convivendo harmoniosamente.

Nesse sentido, o autor supracitado adverte que a produção de conhecimento deve necessariamente contemplar as inter-relações do meio natural com o social, incluindo a análise dos determinantes do processo, o papel dos diversos atores envolvidos e as formas de organização social que aumentam o poder das ações alternativas de um novo desenvolvimento, numa perspectiva que priorize novo perfil de desenvolvimento, com ênfase na sustentabilidade socioambiental. Diante do exposto, salienta-se a importância da estimulação ao desenvolvimento de valores e atitudes voltados à educação ambiental para todas as classes sociais como fator preponderante na construção da cidadania.

Vive-se hoje um momento na história de constante violação dos direitos humanos em todas as partes do planeta. Assim, a educação se apresenta como melhor e mais viável opção na tentativa de construir um mundo sustentável para as futuras gerações pois é relacionada aqui como fundamental na formação do cidadão. Esta extrapola os muros da escola e deve ser oferecida em todos os seguimentos da sociedade com caráter permanente em um processo dinâmico e integrativo induzindo mudanças de atitudes e formação de uma nova conscientização na relação homem versus natureza.

2. METODOLOGIA

A metodologia do presente artigo baseia-se em uma pesquisa bibliográfica, podendo ser compreendida como um estudo baseado em materiais publicados de autores pertinentes para fundamentar a temática abordada, destacando conceitos, procedimentos, resultados, discussões e conclusões relevantes. Dessa forma, o artigo impulsionará o aprendizado e o amadurecimento na área de estudo.

3. RESULTADOS e ANÁLISE

Educação Ambiental: perspectiva histórica e conceitos

Perante a realidade atual, Jacobi (2003) alerta que exige uma reflexão cada vez menos linear, e isto se produz na inter-relação dos saberes e das práticas coletivas que criam identidades e valores comuns e ações solidárias diante da reapropriação da natureza, numa perspectiva que privilegia o diálogo entre saberes. Ainda deve haver a preocupação com o desenvolvimento sustentável representando a possibilidade de garantir mudanças sociopolíticas que não comprometam os sistemas ecológicos e sociais que sustentam as comunidades.

O autor supracitado complementa observando que o tema da sustentabilidade confronta-se com o paradigma da sociedade de risco, onde isso implica na necessidade de se multiplicarem as práticas sociais baseadas no fortalecimento do direito ao acesso à informação e à educação ambiental em uma perspectiva

integradora. E ainda, também demanda aumentar o poder das iniciativas baseadas na premissa de que um maior acesso à informação e transparência na administração dos problemas ambientais urbanos pode implicar a reorganização do poder e da autoridade.

A cerca de três décadas ocorreu o surgimento da educação ambiental pela necessidade de mudarem os modos do ser humano com relação ao ambiente, pois desde que o homem descobriu o poder da destruição, não houveram mais limites. Com o passar do tempo as consequências da destruição começam a confrontar com o próprio ser humano. Segundo Dias (1999), ao longo do tempo a educação ambiental sofreu vários importantes marcos:

a) Em 1972 ocorreu a Primeira Conferência das Nações Unidas sobre o ambiente humano, em Estocolmo organizada pela ONU (Organização das Nações Unidas) e reuniu representantes de 113 países. Um marco histórico decisivo para a busca das soluções dos problemas ambientais, pois nele foi decidido que a educação é a principal ação para o desenvolvimento de mudanças nos hábitos e comportamentos das pessoas e da sociedade;

b) Em 1977 houve a Conferência de Tbilisi, em Tbilisi, capital da Geórgia. Organizada pela UNESCO em cooperação com o PNUMA¹ foram definidos conceitos, objetivos, princípios, orientadores e estratégias para o desenvolvimento da educação ambiental. Foi um marco histórico para a sua evolução;

c) Em 1979 realizou-se o Seminário sobre Educação Ambiental para a América Latina em San José, Costa Rica. Baseou-se pela Conferência de Tbilisi estabelecendo linhas filosóficas para o desenvolvimento da educação ambiental na América Latina.

d) Em 1987, Conferência de Tbilisi, onde reuniram-se 300 especialistas de 100 países no Congresso Internacional em Educação e Formação Ambiental em Moscou. Discutiu-se sobre as dificuldades encontradas e dos progressos alcançados pelas nações no campo da educação ambiental. Esta mesma conferência também verificou sobre a situação ambiental global que não teve uma diminuição da crise ambiental, apresentado pioras na sua preservação.

e) Em 1989, no Brasil, foi promulgada a Lei nº 7735, que cria o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) para formular, coordenar e executar a política nacional do meio ambiente e também para a preservação, conservação, fomento e controle dos recursos naturais renováveis em todo território federal, proteger bancos genéticos da flora, fauna brasileira e principalmente estimula a educação ambiental. Nesse momento, a gestão ambiental passou a ser integrada. Antes, havia várias áreas que cuidavam do ambiental em diferentes ministérios e com diferentes visões, muitas vezes contraditórias. A responsável pelo trabalho político e de gestão era a Secretaria Especial do Meio Ambiente (Sema), vinculada ao Ministério do Interior. A Conferência da ONU sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, mais conhecida como Rio-92 promovida pela própria ONU;

f) Em 1992 no Rio de Janeiro reuniram-se representantes de 170 países com objetivos de intensificar mais a educação ambiental e elaborar a Agenda – 21, sendo um plano de ação para o século XXI visando a sustentabilidade da vida na terra, onde deixou bem claro para a população a necessidade de um novo estilo de vida, o desenvolvimento sustentável.

g) Em 1997 na Conferência de Avaliação Rio + 5, houve uma decepção com a Agenda – 21, pois foi verificado que não houve recursos para a educação ambiental.

h) Em 1999 cria-se a Política Nacional da Educação Ambiental, ferramenta esta, para o pleno exercício da cidadania e que se destacam fundamentos legais para área de educação.

A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO (1975), que é uma organização fundada em Paris em 4 de novembro de 1946 com o objetivo de contribuir para a paz e segurança mundial, na Conferência de Belgrado, adverte da importância de formar uma população mundial consciente e preocupada com o ambiente e com os problemas que lhe dizem respeito, uma população que tenha os conhecimentos, as competências, o estado de espírito, as motivações e o sentido de participação e engajamento que lhe permita trabalhar individualmente e coletivamente para resolver os problemas atuais e impedir que se repitam.

Entende-se por educação ambiental, conforme Brasil (1999), os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade.

Educação Ambiental: Reflexões sobre cidadania e constituição do sujeito

Há uma demanda atual para que a sociedade esteja mais motivada e mobilizada para assumir um papel mais propositivo, bem como seja capaz de questionar, de forma concreta, a falta de iniciativa do governo na implantação de políticas ditadas pelo binômio da sustentabilidade e do desenvolvimento num contexto de crescente dificuldade na promoção da inclusão social (JACOBI, 2003). A partir do exposto por Guimarães (2004), é indicado trabalhar a razão (cognitivo) em conciliação com a emoção (afetivo) a fim de que os educandos sintam-se motivados e a partir disso transformem suas práticas individuais e coletivas.

Nessa direção, a problemática ambiental constitui um tema muito propício para aprofundar a reflexão e a prática em torno do restrito impacto das práticas de resistência e de expressão das demandas da população das áreas mais afetadas pelos constantes e crescentes agravantes ambientais. Mas representa também a possibilidade de abertura de estimulantes espaços para programar alternativas diversificadas de democracia participativa, notoriamente a garantia do acesso à informação e a consolidação de canais abertos para uma participação plural (JACOBI, 2003).

A Educação Ambiental ajuda a identificar os problemas que afetam a qualidade de vida das pessoas, além de encontrar soluções e alternativas para resolver as e questões ambientais que afetam a comunidade. Com seu caráter renovador revolucionário, ativa o consciente de cidadania e de luta pelos nossos direitos.

A partir da Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental realizada em Tsibilisi (EUA), em 1977, inicia-se um amplo processo em nível global orientado para criar as condições que formem uma nova consciência sobre o valor da natureza e para reorientar a produção de conhecimento baseada nos métodos da interdisciplinaridade e nos princípios da complexidade. Esse campo educativo tem sido fertilizado transversalmente, e isso tem possibilitado a realização de experiências concretas de educação ambiental de forma criativa e inovadora por diversos segmentos da população e em diversos níveis de formação (JACOBI, 2003).

Para que um projeto de educação ambiental seja implantado, é necessário que se tenha envolvimento de toda a sociedade educativa (escolas, universidades, parques, municípios, empresas, etc.), então, cada um desses define o contexto de sua

intervenção, grupo alvo e recursos disponíveis, a fim de que seu projeto seja implantado da melhor maneira possível (SAUVÉ, 2004).

Refletir sobre a complexidade da educação ambiental abre uma estimulante oportunidade para compreender a gestação de novos atores sociais que se mobilizam para a apropriação da natureza, para um processo educativo articulado e comprometido com a sustentabilidade e a participação, apoiado numa lógica que privilegia o diálogo e a interdependência de diferentes áreas de saber. Mas também questiona valores e premissas que norteiam as práticas sociais prevalecentes, implicando mudança na forma de pensar e transformação no conhecimento e nas práticas educativas (JACOBI, 2003).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a relevância dos serviços ambientais atualmente cria-se uma nova percepção, onde os serviços ambientais são patrimônio um coletivo. Nesse sentido, a educação ambiental luta por um desenvolvimento sustentável e democrático, visando um diálogo que se concretize na cidadania. Nesse sentido, Carvalho (2004) apresenta que a principal especificidade da educação ambiental nos dias atuais é entender as relações entre a natureza e sociedade e saber como intervir nos problemas e conflitos ambientais.

Observa-se a educação como uma possibilidade de introduzir dinâmicas sociais, com o intuito de promover questionamentos e críticas colaborativas das existências socioambientais, introduzindo uma compreensão autônoma e criativa sobre a temática e sugerindo soluções passíveis de serem aplicadas, haja visto, que a educação é um processo contínuo, e extrema relevância na formação do sujeito e da cidadania, tendo como um de seus objetivos a formação de mentes críticas, cidadãos conscientes e atuantes, que possam analisar e não aceitar tudo o que lhes é oferecido.

Ainda diante da percepção da necessidade de mudanças entre a relação homem e natureza, Carvalho (2004, p. 19) expõe que ao ressignificar o cuidado para com a natureza e para com o outro humano como valores ético e políticos, a educação ambiental crítica afirma uma ética ambiental, balizadora das decisões sociais e reorientadora dos estilos de vida coletivos e individuais. A dimensão ambiental configura-se crescentemente como uma questão que envolve um conjunto de atores do universo educativo, potencializando o engajamento dos diversos sistemas de conhecimento, a capacitação de profissionais e a comunidade universitária numa perspectiva interdisciplinar.

Para haver uma maior compreensão acerca da magnitude da natureza, é essencial também que governos venham programarem práticas relacionadas à educação ambiental. O processo de ajustar a educação ambiental aos moldes da sociedade atual é de difícil concretização, visto que a sociedade por muitas vezes não está preparada para receber e praticar as mudanças necessárias. Entretanto, conciliando os trabalhos envolvendo o cognitivo e afetivo, utilizando como ferramentas agentes educadores, é possível que se obtenham bons resultados a médio prazo.

5. REFERÊNCIAS

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. Educação Ambiental Crítica: Nomes e endereçamentos da Educação. In: LAYRARGUES, Philippe Promier. Identidades da Educação Ambiental Brasileira. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004. P. 13 - 25.

DIAS, Genebaldo Freire. Elementos para capacitação em educação ambiental. Ilhéus: Editus, 1999. 182 p.

GUIMARÃES, Mauro. Educação Ambiental Crítica. In: LAYRARGUES, Philippe Promier. Identidades da Educação Ambiental Brasileira. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004. P. 25 - 34.

JACOBI, Pedro. Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade. Cadernos de Pesquisa, São Paulo / SP, v. 01, n. 118, mar. 2003. P. 189-205.

SAUVÉ, Lucie. Educação Ambiental: possibilidades e limitações. Revista Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 317-322, maio./ago. 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/%0D/ep/v31n2/a12v31n2.pdf>>.